

Concepção de sujeito

Excepcional

Um credo de fé

Ray Aham

Creio...

Que toda criança é basicamente uma pessoa normal, e mesmo a chamada criança excepcional é, mais exatamente, uma criança normal com uma excepcionalidade.

Que a educação pública pode e deve oferecer serviços a todas as crianças, inclusive as excepcionais.

Que a consideração básica não deve ser a inferioridade da criança, mas a superioridade de nossa capacidade em ajudá-la.

Que nenhuma recompensa na vida ultrapassa a recompensa espiritual de ajudar a criança a superar sua excepcionalidade, ajustando-se a ela.

Esses trechos do poema de Ray Aham nos fazem analisar a concepção de sujeito que se tem por trás da expressão *excepcional*. De fácil compreensão, porém com duplo sentido, a depender do contexto em que se insere, a definição excepcional refere-se a algo fora do usual, extraordinário, anormal, sensacional, fenomenal, fabuloso, que envolve exceção.

No contexto do sujeito com necessidades especiais, excepcionalidade sempre esteve atrelada a um dado negativo, daquilo que falta e/ou que não desenvolveu dentro do esperado.

Como a história nos colocou, o sujeito excepcional teve a sua representação acima ou abaixo da normalidade, visto que acima da norma representaria uma dádiva divina ou abaixo desta, um castigo de Deus, concepção que conjugou com o olhar da Igreja Católica e do período da Idade Média, porém que está presente até os dias atuais.

Deficiente auditivo

A etimologia do termo define que deficiência é uma qualidade de incapaz, insuficiente, incompleto, de algo que falta ou está falho. Na raiz da palavra, *deficiência* representa *falta de eficiência*.

Essa falta de eficiência tomava o sujeito como um todo, distanciando os outros potenciais que poderia ter e/ou desenvolver em razão da sua falta de audição, visão, atividade motora, intelectual, entre outras. Por essa razão, salários e cargos inferiores e pouco investimento em seus estudos, uma vez que “não tinha potencial” para o aprendizado comum, sendo o currículo especializado resumido e muitas vezes reduzido em relação àqueles alunos que usufruíam o currículo pertencente ao ensino regular, eram algumas das alterações da sociedade e da escola para atender aos alunos com necessidades especiais. Dessa forma, o termo *deficiência* remetia ao sujeito como um todo e não ao *deficit* orgânico que apresentava.

Surdo

Vários eventos científicos ocorridos no Brasil apontaram o descontentamento e o repúdio da comunidade surda em relação à expressão *deficiente auditivo* pela conotação de incapaz velada no termo.

A partir da década de 1970, adotaram-se os termos *surdo* e *surdez*, em referência ao sujeito e à sua patologia, limitando a incapacidade ao órgão e não ao sujeito. Para Carvalho (1997):

[...] surdo é o indivíduo que tem a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido. De acordo com o grau de perda auditiva, avaliada em decibéis (dB), a surdez manifesta-se como leve (perda entre 20 e 40dB), moderada (entre 40 e 70dB), severa (entre 70 e 90dB) e profunda (acima de 90dB de perda) – impede o indivíduo de ouvir a voz humana e de adquirir, espontaneamente, o código da modalidade oral da língua, mesmo com o uso de prótese auditiva.

Portador de necessidade educativa especial

Ai, palavras, ai palavras, que estranha potência, a vossa!

Cecília Meireles (Romanceiro da Inconfidência)

Tradicionalmente, o olhar que se tem em relação às necessidades educativas especiais refere-se às “crianças portadoras de necessidades especiais [como] aquelas que apresentam claros distúrbios no desenvolvimento originados por acidentes ocorridos durante a gestação, nascimento ou nos primeiros anos de vida” (BRASIL, 1994).

Na busca pela quebra desse paradigma, a pesquisadora Mary Warnock realizou no ano de 1978, após quatro anos de pesquisa, um relatório de investigação das condições da educação especial inglesa e apresentou esse material ao parlamento do Reino Unido, pela Secretaria de Estado para a Educação e Ciência, Secretaria do Estado para a Escócia e a Secretaria do Estado para o País de Gales. Warnock (1978) concluiu o que vem a ser o conceito de *necessidades educativas especiais* (NEE). Para ela, a presença da deficiência não significa necessariamente incapacidade de aprendizagem, pois muitos alunos apresentavam distúrbios de aprendizagem sem terem nenhuma dificuldade física, sensorial, mental ou comportamental. Ou seja, cerca de 20% das crianças apresentam NEE em algum período da sua vida escolar. A partir desses dados, o relatório propôs o conceito de NEE.

O conceito de NEE só foi adotado e redefinido a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), passando a abranger todas as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

A contribuição de Warnock ampliou o olhar a respeito das necessidades educacionais especiais também no âmbito escolar, ao incluir nesse conceito todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola seja por qual motivo for.

[...] em educação, fomos caminhando da ideia do geral, do homogêneo, para a heterogeneidade da clientela, a partir da classe social à qual cada um pertence, dos distintos momentos históricos, dos locais, enfim, estabelece-se a necessidade de pensar as especificidades. (BIANCHETTI, 1998, p. 41)

Nesse sentido, o conceito de necessidades educacionais especiais passou a incluir, além das crianças com deficiência, aquelas que estão experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, como: repetência e evasão escolar, vítimas do trabalho infantil, portadoras de doenças crônicas, moradoras de rua, as que vivem em condições de extrema pobreza, desnutridas, as que moram distante de qualquer escola, as que são vítimas de guerras e conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais ou sexuais, ou as que estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Destaca-se que as necessidades temporárias e permanentes transitam por um território muito tênue, pois a dificuldade colocada como temporária para uma pessoa pode ser vista por outra como uma dificuldade permanente. O que irá definir cada um desses parâmetros é a resposta dada pelo sujeito no enfrentamento dessas vivências.



O MEC (Ministério da Educação) compreende que a expressão *portador de necessidades educativas especiais* não se restringe somente ao âmbito educacional; ter necessidades especiais diz respeito às condições socioculturais para uma efetiva participação das potencialidades do cidadão na sociedade (MEC, 1994).

Rosita Edler de Carvalho entende que o termo *necessidades* no dicionário de português é um termo polissêmico e, por incluir várias significações, também inclui várias ideias de necessidades: o aluno em si, o poder público, a escola (profissionais qualificados, materiais didáticos, recursos financeiros, Projeto Político Pedagógico, a fim de atender melhor a sua clientela) e a família, uma vez que o processo educacional não se contempla somente na escola. Existem as necessidades que são do próprio sujeito, como também aquelas referentes ao ambiente em que esse sujeito transita.

O quadro a seguir aponta cada uma das concepções de sujeito em diferentes épocas.

Quadro 1 – Concepções de sujeito

Excepcional	Deficiente	Necessidade Especial	Necessidade Especial
Período da Idade Média até meados da década de 1980	Transição da década de 1980 para 1990	Própria do sujeito (década de 1990)	Própria do sujeito e de onde ele transita (ano 2000)
Acima ou abaixo da norma; idiota (do grego <i>idiótes</i> , do latim <i>idiote</i>) significa homem privado de inteligência.	Incapaz; doente; falta de algum atributo.	Temporária: moradores de rua; trabalho infantil; privação cultural; fome; pobreza; violência física; violência emocional; violência sexual; distância da escola. Permanente: distância da escola; vítimas de guerra; condições de saúde; condições de moradia; deficiência em si.	Escola (profissionais qualificados, recursos didáticos e financeiros, PPP); Poder Público; Família; Sociedade.

Texto complementar

0 conceito de excepcionalidade: uma abordagem histórica

(MATOS¹, 2010)

1 – Introdução

Este ensaio tem como objetivo fazer uma análise do conceito de excepcionalidade, por meio de uma revisão teórica que evidencie as proposições conceituais dos pesquisadores, na literatura sobre o tema.

A conceituação de um determinado objeto de estudo pode ser entendida como um recurso acadêmico para delimitar suas características, fornecendo um quadro que possibilite o seu trato nas diversas instâncias da sociedade. Essa delimitação, em algumas situações, ocorre como exigência de um paradigma de ciência que leva à distinção de certos fenômenos ou fatos sociais, apontando claramente como será abordado o tema central no trabalho científico. No campo político-econômico, conceituar atribuindo características peculiares ao objeto de estudo define os critérios de distribuição ou locação de recursos, principalmente, financeiros, por parte do Estado. Para além do campo científico e político-econômico, há que se considerar os valores morais e éticos humanos, segundo os quais conceituar pode conduzir à inculcação de determinados atributos que ferem a dignidade do homem.

Assim, o termo excepcionalidade, enquanto símbolo que expressa uma condição ou fenômeno humano, pode ser compreendido à luz desses aspectos, resultado da dinâmica social.

2 – Aspectos evolutivos

Para se fazer uma análise do termo excepcionalidade, acredito ser importante considerar as implicações sociais que são reveladas na construção desse conceito. Diversos autores, entre os quais podem ser citados Bueno

¹ Nelson Dagoberto de Matos é professor-adjunto do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe, mestre em Ciência do Movimento pelo Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Santa Maria (RS) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (SP).

(1993), Ferreira (1994), Amiralian (1986) e Carmo (1994), fazem uma discussão bastante rica acerca dessa terminologia, sobretudo por adotarem uma abordagem que privilegia os condicionantes sócio-históricos.

Um ponto inicial que pode ser colocado seria quanto à natureza do homem que, de acordo com Bigge (1977), pode ser boa, má ou neutra; tal concepção orienta uma determinada postura pedagógica. Conquanto esse autor não assuma qualquer das concepções, a proposição de que o homem possa ser naturalmente bom, mau ou neutro já revela uma compreensão de predeterminação da ação humana. Essa poderia ser, portanto, uma das interpretações sobre a atuação que o homem revela no seu mundo, como inata ou predefinida. De outro lado, está a outra interpretação, na qual a ação do homem é constituída por meio das relações que estabelece com seus pares ou com a própria natureza. Aqui pode ser citada a proposição de Berger e Luckmann (1985), na qual a realidade onde se insere o ser humano é construída socialmente e todas as variáveis que surgem no mundo do homem são produtos da sua própria ação. Assim, pode ser dito que o homem é, ao mesmo tempo, criador de determinados fatos sociais e destes sofre as consequências. Para Bueno (1993), conhecer o homem implica discutir os fenômenos nos quais esse mesmo homem situa-se como produtor.

Ao discutir a formação da sociedade civil, Bobbio (1991) observa que o caráter social do homem se manifesta a partir do momento em que ele reconhece a sua impotência para realizar suas carências de forma isolada e por esse motivo se relaciona com seu par, formando os grupos sociais.

Dessa forma, quando duas pessoas somam seus conhecimentos ou competências para satisfazer suas carências, isso se caracteriza como a formação social da realidade, numa junção perfeita e cooperativa (BERGER; LUCKMANN, 1985). No entanto, essa pretensa cooperação acaba não se efetivando em função dos interesses individuais que provocaram tensões nas relações interpessoais, cuja mediação exige a formação da sociedade política ou a figura do Estado.

Portanto, parece que na opção de desenvolvimento das civilizações humanas foi imprescindível a subjugação do homem pelo homem. Para Aquino (1988), a expansão de algumas civilizações deu-se por meio das guerras, cujo resultado classificava as nações em vitoriosas e derrotadas. Esse quadro torna possível, inicialmente, a estratificação das pessoas em senhores e escravos,

que se aperfeiçoa e se aprofunda à medida que se desenvolvem as civilizações. Dessa forma, pode-se perceber que a distinção entre as pessoas tem um passado bastante remoto, definindo aqueles que podem participar do processo social e os que dele são marginalizados, dicotomia adequada para o aparecimento de toda sorte de desigualdades sociais. Esse processo, intencionalmente forjado pelo homem e não natural, repercute no tratamento destinado às pessoas deficientes, já nas sociedades antigas.

Amiralian (1988) relata atitudes distintas para essas pessoas, desde a eliminação à reverência, mas quase sempre de marginalização.

Na Idade Média, surgem as primeiras tentativas de atendimentos à pessoa deficiente, possivelmente, como forma da sociedade, ou mais precisamente, da classe dominante solucionar o problema que ela própria produziu, mas não reconhece. Como esse atendimento se volta, apenas, para um extremo da questão, ou seja, para as consequências, sem a preocupação com as causas determinantes, ele se caracteriza como assistencialismo.

Parece ser dessa forma que surge o embrião do atendimento especial, cuja população-alvo é definida a partir dos padrões de normalidade. Mais uma vez, caracteriza-se a diferenciação entre as pessoas, agora não mais pela supremacia física, religiosa ou econômica que gerou dominantes e dominados, reis e vassalos, proprietários e serviçais; mas por parâmetros científicos que definem os comportamentos medianos e os desviantes. Evolui-se, desse modo, do estágio em que os fenômenos eram explicados pelos conhecimentos do senso comum para o estágio das explicações dadas pelos conhecimentos da ciência.

Essa alteração do panorama, no qual se explica a deficiência, é definida por Amiralian (1986) como uma passagem do período pré-científico para o período científico.

É nesse contexto que surge uma nova concepção de ciência, onde o trabalho científico só é reconhecido como tal quando o objeto de estudo pode ser objetivado. Assim, o que é ciência deve se orientar por paradigmas acolhidos sob o manto dos princípios epistemológicos positivos.

Assim, alguns campos de conhecimento que reivindicam para si o *status* de ciência oferecem instrumentos objetivos para estudar determinados fenômenos.

Como observa Bueno (1993), o pensamento positivista influencia sobremaneira o conhecimento da relação saúde-doença que serve de referência para as concepções sobre normalidade e patologia.

Os instrumentos para definir aquilo que pode ser considerado “normal” são fornecidos pela estatística. Tomam-se como referência as características ou comportamentos mais frequentes para a espécie humana, matematizando-os por meio de cálculos que definam uma média. Desta até o estabelecimento de comportamentos desviantes não foi tão difícil. Adotou-se o uso de mais um recurso matemático, que é a fórmula do desvio-padrão. Está dado, portanto, um passo fundamental para o conceito de deficiente, que não se limita mais a uma constatação aparente, mas se estende à comprovação científica.

O termo considerado mais adequado, por alguns autores, para designar as pessoas que ficavam abaixo da média em limitações variadas era o conceito *deficiente*, que poderia assumir, ainda, outros significados, como retardados, diminuídos ou incapacitados (BUENO, 1993).

Os estudos de Bueno (1993) indicam que muitos autores não conseguem deixar de usar denominações como diminuídos, deficientes, retardados ou incapacitados, quando se referem às pessoas que se situam abaixo da média.

A categorização das pessoas ou sua tipificação não deve ser entendida como um fenômeno predeterminado, mas sim como decorrente das relações sociais estabelecidas, construídas pelo próprio homem e carregadas de sentido ideológico (BUENO, 1993).

Assim, a configuração de um novo modelo de sociedade, que se caracteriza como urbano-industrial, exerce uma pressão sobre a estrutura escolar, em termos de qualificação para o trabalho, conduzindo aos testes de medida de inteligência e de interesses, que são patrocinados pela psicologia diferencial (FERREIRA, 1995).

Se a escola sofre pressão para atender às exigências da qualificação para o trabalho, é no espaço educacional que o termo *excepcionalidade* encontra possibilidade de se expandir, enquanto conceito menos estigmatizante e menos pejorativo.

A excepcionalidade se situaria, para Amiralian (1986), como um conceito socioeducacional, pois os critérios que a definem se baseiam nas necessi-

dades educacionais especiais das pessoas, cujas exigências educativas são muito diferentes da maioria.

O conceito de excepcionalidade, considerado um termo contemporâneo, passa a englobar, além das pessoas historicamente denominadas deficientes, por apresentarem limitações mais evidentes, também aquelas pessoas classificadas como superdotadas, para as quais as exigências educativas diferem da maioria.

Para Ferreira (1995, p. 14), referindo-se ao conceito de excepcionalidade, “é deste século a noção de agrupar sob o mesmo rótulo pessoas com habilidades intelectuais destacadas e com atrasos intelectuais, cegos e até idosos”.

Para esse autor, a definição de excepcionalidade, em termos de classificação e atendimento, tem a ver com os processos de autonomia e independência pessoal e produtividade, o que nos dá a entender que nem toda diferença pode ser caracterizada como excepcional.

No caso brasileiro, de acordo com as definições vigentes, a excepcionalidade incluiria os deficientes visuais, auditivos, físicos, mentais; os portadores de deficiências múltiplas; os portadores de problemas de conduta e os superdotados (FERREIRA, 1995).

Parece-nos que o conceito de excepcionalidade deve sua utilização à inclusão de pessoas com problemas de conduta e àqueles com coeficiente intelectual acima da média. Nesse caso, o problema permanece, pois os critérios de definição do que é um problema de conduta ou um coeficiente intelectual privilegiado são arbitrários, subjetivos e podem atender diversos interesses, entre os quais a demanda de recursos.

Sobre esse aspecto, Bueno (1993) observa que a inclusão do superdotado na excepcionalidade serve para concretizar a oferta de escolaridade para crianças oriundas das classes sociais altas, encobrir a baixa qualidade da escola regular e reforçar a visão de que o baixo rendimento escolar das crianças se sustenta nas potencialidades individuais.

3 – Conclusão

Em consequência da orientação teórica dada a este ensaio, algumas observações serão pontuadas.

Uma delas é o fato de que os caminhos do desenvolvimento percorridos pelas civilizações humanas estão recheados de exemplos de discriminação, alicerces para balizamentos conceituais, cuja função mais genérica é a de dividir os mundos dos que têm e não têm acesso ao conjunto de bens produzidos pela sociedade. Para que as camadas inferiores se acomodassem a essa situação, as elites cuidaram da construção de um discurso, cuja finalidade era a inculcação ideológica da aceitação do seu destino. A superioridade das camadas dirigentes era justificada e explicada sob a óptica da divindade, em que a tarefa de conduzir os destinos da humanidade lhe fora reservada pelos deuses.

Como essas diferenças se aprofundam, o agente econômico determina os que são donos dos meios de produção e aqueles que os servem. A elite adota o discurso da igualdade entre os seres humanos, cuja realização depende das iniciativas ou potencialidades individuais, sem considerar, minimamente, as condições materiais para tal.

Nesse caso, a conceituação atribuída às pessoas, entre as quais os deficientes, se prestou ao papel de caracterizá-las como aptas ou não aptas à participação no processo social, exclusivamente pelas medidas de suas potencialidades individuais.

Intencionalmente, portanto, desde os seus primórdios, a sociedade, por meio de suas elites, decidiu excluir as diferenças ao invés de buscar compreendê-las como resultantes do processo social e definir outras alternativas de organização social.

Outro ponto é a busca de termos que contenham menor carga de estigmatização, como se isso fosse resolver a questão. O estigma resultante da terminologia utilizada é um extremo do processo ou sua consequência. No nosso entendimento, o problema está na base do processo ou na origem, quando as causas que provocam o fenômeno são omitidas. Ainda que a caracterização dos diversos tipos de excepcionalidade, conseguidas por critérios variados, tenham a finalidade de diagnosticar e oferecer dados para as formas de atendimento, cabe aqui a apresentação de dois registros: o primeiro é o fato de que os critérios utilizados são matemáticos e, consequentemente, desconsideram as condições socioeconômicas; o segundo é que eles são arbitrários e variam de acordo com os interesses sociopolítico-econômicos dominantes.

Assim, a despeito de se compreender que o debate acerca das pessoas excepcionais, em termos do atendimento, é algo concreto e necessário, na atualidade, é urgente uma discussão paralela sobre o processo de desenvolvimento socioeconômico vigente, cuja virtude maior é produzir mais exclusão sob o falso e sedutor discurso da igualdade de oportunidades individuais.

Dica de estudo

Assista *Meu Pé Esquerdo*. O filme mostra a vida de um irlandês que nasceu com paralisia cerebral, e que tinha graves comprometimentos motores. A única parte do corpo que conseguia movimentar era o seu pé esquerdo, que o revelou como um ótimo escritor e pintor. Além dessas características, o filme nos leva a perceber qual a concepção de sujeito latente nessa trama.

Atividade

1. Comente cada uma das concepções de sujeito:

a) excepcional:

b) deficiente:

c) necessidades especiais:

Gabarito

1.

- a) Como a história nos colocou, o sujeito excepcional teve a sua representação acima ou abaixo da normalidade, visto que acima da norma representaria uma dádiva divina, ou abaixo dessa um castigo de Deus, concepção essa que conjugou com o olhar da Igreja Católica e do período da Idade Média, e que, no entanto, está presente até os dias atuais.
- b) É uma qualidade de incapaz, insuficiente, incompleto, de algo que falta ou está falho. Na raiz da palavra, *deficiência* representa *falta de eficiência*. Essa falta de eficiência tomava o sujeito como um todo, distanciando os outros potenciais que poderia ter e/ou desenvolver em detrimento da sua falta de audição, visão, atividade motora, intelectual, entre outras.
- c) O conceito de necessidades educacionais especiais passou a incluir, além das crianças com deficiência, aquelas que estão experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, como: repetência e evasão escolar, vítimas do trabalho infantil, portadoras de doenças crônicas, moradoras de rua, as que vivem em condições de extrema pobreza, desnutridas, as que moram distantes de qualquer escola; as que são vítimas de guerras e conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais ou sexuais, ou as que estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Referências

- AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. Psicologia do excepcional. *In: Temas Básicos de Psicologia*. v. 8. São Paulo: EPU, 1986.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BIANCHETTI, L.; FREIRE I. M. **Um Olhar sobre a Diferença**: interação, trabalho e cidadania. 5. ed. Campinas: Papirus, 1998. (Série Educação Especial).
- BIGGE, Morris L. **Teorias de Aprendizagem para Professores**. São Paulo: EPU, 1977.
- BOBBIO, N.; BOVERO, M. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira**. São Paulo: EDUC, 1993.
- CARMO, A. A. **Deficiência Física**: o estado brasileiro cria, recupera e discrimina. Brasília: Secretaria do Desporto/PR, 1994.
- CARVALHO, Rosita Edler. Integração, inclusão e modalidades da educação especial: mitos e fatos. **Revista Integração**, v. 2, n. 18, 1997, p. 23.
- FERREIRA, J. R. **A Exclusão da Diferença**. Piracicaba: UNIMEP, 1995.
- LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M, C. (Org.). **Fonoaudiologia**: surdez e abordagem bilíngue. São Paulo: Plexus, 2000.
- MATOS, Nelson Dagoberto de. **O Conceito de Excepcionalidade**: uma abordagem histórica. Disponível em: <www.abc.gov.br>. Acesso em: 2 set. 2010.
- WARNOCK, Mary. Relatório sobre educação especial. *In: Special Educational Needs*. London: HMSO (report by the Committee of Enquiry into the Education of Handicapped Children and Young People), 1978.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

